

1 ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
2 DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3 No dia 18 de agosto de 2014, às 14:35 horas, no auditório da Casa de
4 Direitos Humanos – Av. Amazonas, 558 – 7º andar – centro – B. Horizonte,
5 reuniram-se em plenária ordinária os conselheiros: Kátia Ferraz
6 Ferreira(C.V.I.), Clodoália Nobre Barbosa(SEPLAG), Alexander Fabian
7 Malheiros(SES), Ana Lúcia de Oliveira(CAADE- SEDESE), Ana Lúcia
8 Henriques Grossi(SEDESE), Glicélio Ramos Silva(SEC), Milton Henriques de
9 Oliveira(ADEFOM), Marlice Ornelas(APODEM), Rogério Araújo
10 Souza(APAPE), Adinilson Marins(Fed. APAES), Denise Martins Ferreira
11 (CRP), DAISY Dias Lopes(CRESS), para discutir e deliberar sobre a seguinte
12 pauta: 1. Verificação do quórum 2. Aprovação da ata da 6ª reunião
13 ordinária 3. Relatórios das comissões temáticas 4. Apresentação-Fundos e
14 sua Gestão- conselheira Clodoália Nobre Barbosa- SEPLAG 5.Informes 6.
15 Encerramento. Justificaram ausência os conselheiros: Eustáquio José de
16 Oliveira(ADEFI),Caio Múcio Barbosa Pimenta(A.Cegos L Braille) e Maurício
17 Alves Peçanha(ADC- Contagem). O Sr. Clebert José Vieira(A. Cegos L
18 Braille) substituiu o conselheiro Caio Pimenta. Houve inversão de pauta
19 devido à falta de quórum para votar a aprovação da ata da 6ª reunião. A
20 presidente Kátia deu início aos trabalhos, fazendo considerações sobre
21 deliberações da reunião anterior: informou que enviou um ofício ao
22 secretário Eduardo Bernes, à Subsecretaria de Direitos Humanos e ao
23 secretário adjunto, Juliano Fisicaro, pedindo a agilização da publicação do
24 Regimento Interno. Reforçou a orientação de que haverá intérprete de
25 Libras em todas as plenárias, o que deverá constar nos convites e
26 convocações. Comunicou que tomará providência, em nome do CONPED,
27 na questão da falta de acessibilidade na rodoviária de Belo Horizonte,
28 denunciada pelo conselheiro Milton Henriques. Respondeu ao Conselheiro
29 Alexander Fabian que fez o questionamento sobre o acompanhamento
30 das propostas de políticas públicas para a pessoa com deficiência,
31 aprovadas na Conferência Estadual, explicando que o Estado tem um
32 instrumento de controle que é o Plano Minas Incluir. O conselheiro
33 Rogério pediu que, em todas as plenárias, sejam dadas informações
34 acerca do Regimento Interno. Kátia respondeu que a secretaria executiva
35 deverá atualizar esta informação. Seguindo ao outro ponto de pauta,

36 apresentação do relatório das comissões, Ana Lúcia de Oliveira,
37 coordenadora da Comissão de Atos Normativos, informou que entregou à
38 presidente a Resolução da composição da mesa diretora. A coordenadora
39 também explicou que, conforme orientações da Diretoria de Conselhos, é
40 necessário que a presidente do CONPED envie um ofício endereçado à
41 Subsecretária de Direitos Humanos, solicitando a nomeação e neste, vai
42 anexo o ofício original da ADEFCAMP, em que conste o nome do novo
43 representante, para que se proceda a substituição e nomeação do
44 conselheiro da ADEFCAMP. Quanto ao Plano Minas Incluir, informou que
45 foi feito um relatório final e entregue à subsecretária Juanita Pimenta
46 para ser aprovado e assinado, e que não haverá publicação, devido ao
47 período eleitoral, mas está nas mãos da subsecretária para a decisão
48 sobre a publicação. A vice-presidente Ana Lúcia de Oliveira também falou
49 que agora pode-se passar ao trabalho de atualização da Lei de Criação do
50 CONPED e solicitou que a presidente tente agendar uma reunião com o
51 Deputado Estadual, autor da criação desta lei, mesmo sabendo que
52 poderá haver dificuldade devido ao período de eleição. No momento da
53 apresentação da Comissão de Acessibilidade, Kátia explicou que, na
54 tentativa de aprimorar a dinâmica dos trabalhos, elaborou uma Nota
55 Técnica, utilizando as conclusões feitas pela Comissão de Políticas Públicas
56 sobre a questão da acessibilidade na Associação Mineira de Reabilitação-
57 AMR. Com a chegada de um conselheiro, o quórum se completou e votou
58 pela aprovação da ata da reunião ordinária do dia 21 de julho. Comissão
59 de Políticas Públicas: a conselheira Denise considerou a reunião da
60 comissão produtiva e informou que contou com a colaboração do
61 conselheiro Milton Henriques da Comissão de Acessibilidade. Ela
62 apresentou a proposta da comissão de fazer um informativo/cartilha
63 sobre como lidar com a pessoa com deficiência num formato de interação
64 social, pois as pessoas sempre buscam estas informações no CONPED.
65 Acrescenta que foi feita a minuta do projeto para ser apresentado a
66 possíveis patrocinadores, inclusive a SEDESE e ainda foram incluídas a
67 deficiência mental, intelectual e deficiência psicossocial. A proposta da
68 Comissão é de trazer esta discussão para a plenária. A conselheira Daisy,
69 que compõe a Comissão, fez um esboço do trabalho que a comissão
70 pretende realizar e afirma que ainda não chegaram a um consenso sobre

71 o seu nome: cartilha, informativo ou manual. Na oportunidade, resgatou
72 que a ideia tomou corpo a partir de um ofício recebido do Conselho
73 Estadual de Assistência Social que solicitava contribuições para a criação
74 de uma cartilha para atendimento das pessoas com deficiência por
75 profissionais que trabalham em eventos. A Comissão entende que
76 enquanto conselheiros, desta gestão, deverão deixar este documento
77 produzido coletivamente. O objetivo do documento é explicitar
78 orientações gerais e específicas no trato da pessoa com deficiência e o
79 que é o CONPED e suas competências, seguindo orientações da
80 Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência como o
81 protocolo facultativo, pois nem todos têm conhecimento desta
82 Convenção. O conselheiro Rogério comentou que esta cartilha não é
83 impeditiva para as demais lutas que o CONPED abarca, pois ela pode
84 gerar consciência de direitos para solução de problemas e contribuir para
85 as coisas fluírem melhor. A partir da problematização que aconteceu na
86 Comissão sobre a concepção de deficiência mental e deficiência
87 intelectual, foi proposto para pauta nas reuniões seguintes a discussão
88 sobre deficiência mental e deficiência intelectual. Com relação ao
89 financiamento dessa “cartilha”, a conselheira Clodoália esclareceu que o
90 Estado tem a Subsecom que é responsável por todo trabalho de
91 comunicação e divulgação do Estado e poderia contribuir e também pode
92 ser tentado o patrocínio pela Loteria Mineira. É necessário levar o projeto
93 pronto para ser avaliada a possibilidade de liberação de recursos.
94 Agostinho Santos, representante da Coordenadoria da Pessoa com
95 Deficiência da Prefeitura de BH parabeniza o trabalho da Comissão de
96 Políticas Públicas, mas questiona sobre outros problemas que ainda não
97 foram solucionados como, por exemplo, a questão do paradesporto, a
98 gratuidade do transporte público na região metropolitana. Ainda sobre a
99 ideia de se fazer essa cartilha, o conselheiro Milton comenta que deve-se
100 ter muita cautela na produção do documento, pois as definições das
101 deficiências são muito complexas. Respondendo ao Sr. Agostinho, a
102 presidente Kátia informa que tomou várias iniciativas com relação à
103 suspensão do profissional intérprete de libras na Assembleia Legislativa e
104 pede sugestão à plenária sobre qual atitude tomar com intenção de
105 solucionar esta questão. Sobre o táxi acessível, a presidente Kátia

106 confirma que, no dia 20 de agosto deverá se reunir-se com o operador
107 deste programa. A presidente do CONPED informou que o processo de
108 implantação do “Programa Bus Alert” está sendo estudado pela BHTRANS
109 e, de acordo com Agostinho dos Santos, a escolha de um sistema será
110 feita por chamamento público com a contrapartida da propaganda
111 gratuita nos coletivos, sem dispêndio financeiro direto. O conselheiro
112 Glicélio, que participa do Movimento Unificado do Deficiente Visual de
113 BH, disse que recebeu da BHTRANS uma apresentação de um sistema de
114 parada de ônibus o qual foi analisado pelo Movimento e devolvido ao
115 setor. Agostinho informou que os benefícios para a pessoa com deficiência
116 em Belo Horizonte não estão mais vinculados à renda familiar, de acordo
117 com a nova lei municipal. Discutiu-se que o atraso na aquisição do
118 sistema, portanto, tem relação com questões financeiras. O Estado
119 posterga o atendimento as necessidades prementes da pessoa com
120 deficiência por querer soluções isentas de custo no investimento. A
121 conselheira Denise declarou sua indignação quanto a dificuldade do
122 Estado em lidar com investimentos para as pessoas com deficiência; além
123 de entender que a nova lei que desvincula a renda familiar para acesso ao
124 benefícios do poder público municipal não é compatível à luta por
125 políticas que visam a dignidade da pessoa com deficiência. Agostinho
126 responde que a lógica da BHTRANS é que já existem desenvolvedores de
127 aplicativos similares ao Bus Alert e o retorno seria a publicidade. O
128 conselheiro Milton Henriques demonstra sua revolta com o
129 assistencialismo ainda vigente nas demandas das pessoas com deficiência.
130 Faz se necessária a compreensão de que, a política pública voltada para a
131 pessoa com deficiência, é um investimento porque ela irá contribuir com
132 vários segmentos da sociedade. Com relação à Comissão de
133 Acessibilidade, ele reclama que ela não está funcionando devido à falta
134 dos conselheiros e questiona se é possível juntar as comissões de políticas
135 públicas e de acessibilidade em uma só, sem perder a identidade de cada
136 uma. A vice-presidente Ana Lúcia de Oliveira responde que não é possível
137 unificar duas comissões, de acordo com o Regimento Interno e concorda
138 com posicionamento do Sr. Milton de Henriques. A vice-presidente ainda
139 levanta a possibilidade de, após a publicação do Regimento Interno,
140 introduzir a obrigatoriedade de todos os conselheiros participarem das

141 comissões, sob pena de substituição. Quanto à questão da gratuidade,
142 Ana Lúcia de Oliveira propõe fazer uma recomendação aos municípios
143 para que não haja gratuidade indiscriminada quando desenvolverem
144 alguma política para pessoa com deficiência. Os conselheiros Glicélio e
145 Clodoália também não concordam com a gratuidade, pois a pessoa com
146 deficiência inserida no trabalho já pode contribuir. A presidente Kátia
147 citou a parceria que o Minas Tênis Clube fez com o governo britânico para
148 beneficiar o esporte no Estado e não considerou a iniciativa satisfatória e
149 pensa que seria viável marcar uma reunião com o diretor do clube para
150 esclarecimentos. O conselheiro Adinilson disse que concorda com Rogério
151 quando afirmou que a produção da cartilha não impede que se resolva
152 outras questões, ela teria apenas orientações. Sobre a gratuidade,
153 defendeu que a culpa desta cultura é da própria pessoa com deficiência,
154 pois assim passa para a sociedade que pessoas com deficiência não tem
155 valor. A senhora Julimar Barbosa Santos, presente na plenária reclama:
156 “falta transparência nas instituições. Falta fiscalização do Estado.” Disse
157 ainda que na Instituição “em que meu filho, Luan Hélio está quem tem
158 condições financeiras deve continuar na Instituição, mas quem não tem,
159 deve sair e que a Instituição tem planilha, tem boa estrutura, mas não se
160 sabe quanto se gasta com cada criança.” Prosseguindo ao outro ponto de
161 pauta, Kátia passou a palavra à conselheira Clodoália (SEPLAG) que expôs
162 com precisão sobre a Gestão do Fundo Estadual. Após ampla explanação,
163 ela esclareceu várias dúvidas dos conselheiros como por exemplo, a
164 captação de fundos através do FEAS, que a criação de fundos só poderá
165 ser feita depois do período de eleição e sugeriu que o CONPED deveria
166 fazer o edital para captação de recursos para o fundo. Finalmente a
167 presidente disse estar pensando em trabalhar na revisão da Lei de Criação
168 do CONPED a fim de conduzir o processo de gestão de fundos. Considera
169 importante marcar uma reunião para tratar desse assunto antes da
170 próxima plenária e posteriormente conversar com o setor responsável na
171 SEDESE, com o que a plenária concordou. A presidente Kátia encerrou a
172 reunião às 17:30 horas.

173 Kátia Ferraz Ferreira(CVI-BH – presidente do CONPED)

174

- 175 Clodoália Nobre Barbosa(SEPLAG)
- 176
- 177 Alexander Fabian Malheiros(SES)
- 178
- 179 Glicélio Ramos Silva(SEC)
- 180
- 181 Ana Lúcia Henriques Grossi(SEDESE)
- 182
- 183 Ana Lúcia de Oliveira (CAADE)
- 184
- 185 Milton Henriques de Oliveira(ADEFOM)
- 186
- 187 Marlice Ornelas Lúcio(APODEM)
- 188
- 189 Rogério de Araújo Souza(APAPE)
- 190
- 191 Adinilson Marins(FEAPAES)
- 192
- 193 Denise Martins Ferreira(CR Psicologia)
- 194
- 195 Daisy Dias Lopes(CR Serviço Social)